



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

## CONSERVADORISMO, PATRIARCADO E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS AO PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO NO CONTEXTO DOS ANOS 2000

Leidiane Souza de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo consiste em uma análise teórica bibliográfica sobre o avanço do conservadorismo, sua expressão patriarcal e os desafios para a profissão de Serviço Social, cujo projeto profissional constitui-se anticonservadora. A tendência de destituição de direitos nos anos 2000 ameaça a dimensão ético-política do Serviço Social, porém, as contradições atuais ensejam também resistências.

**Palavras-chave:** Conservadorismo, Patriarcado, Serviço Social; Projeto Ético-Político.

**Abstract:** Conservantism, Patriarchy and Social Service: challenges to the critical professional project in the context of the years 2000. This article consists in a theoretical analysis bibliography about the advance of conservantism, your patriarchy expression and the your challenges to the professional of the Social Service, whose professional project it is anti-conservatism. The tendency of the broke of rights in the years 2000 treath the political ethical dimension of the Social Service, but, the current contradictions also provide resistance.

**Key-words:** Conservantism; Patriarchy; Social Service; Political Ethical- Project.

### INTRODUÇÃO

Os anos 2000 estão se apresentando como um contexto desafiador no tocante ao enfrentamento ao conservadorismo, que enquanto ideologia da classe dominante, tem se recrudescido no âmbito da reprodução das relações sociais, aliada à ofensiva do capital sobre o trabalho e à configuração contemporânea da alienação nos marcos do capitalismo contemporâneo (reificação).

Aliada a esse processo sobressalta um fortalecimento do patriarcado enquanto um sistema ideológico de sustentação da desigualdade das mulheres em relação aos homens, cuja materialidade se expressa em elevados números de

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: leidiane22@gmail.com.

violência, na cultura do estupro, na negação de direitos para as mulheres e tendência ao controle dos seus corpos e de sua autonomia.

Consideramos que, pelos princípios que norteiam o projeto profissional crítico de Serviço Social, cuja contraposição ao conservadorismo e ao patriarcado se evidencia, o contexto dos anos 2000 reatualiza os desafios que fazem frente à defesa de valores como a liberdade e a democracia.

É desses elementos que tratamos aqui, por meio de uma pesquisa bibliográfica, especificamente sobre os desafios mais gerais que o conservadorismo enseja nesse momento histórico, particularizando-os no que tange às mulheres pelas expressões patriarcais e os rebatimentos ao Serviço Social nas dimensões anticonservadora e antipatriarcal.

## **2. Conservadorismo e patriarcado: ideologias dominantes em processo no Brasil**

A conjuntura brasileira nos anos 2000, particularmente na segunda década em curso, vem sendo caracterizada em algumas análises e produções enquanto uma “onda conservadora”, cujas expressões se evidenciam nas dimensões política, social, cultural, sem, no entanto, deixar de ter uma articulação direta com a estrutura material e a conformação econômica da sociedade.

Para Boulos (2016), a ameaça mais iminente dessa onda é o que ele aponta como sendo o pior viés do conservadorismo político, econômico e moral: “uma virada à direita” (p.29). De tal modo, as expressões sociais desse conservadorismo, por vezes tratadas de maneira isolada, se conjugam pela expressão de uma ideologia geral da classe dominante, fortalecida pela crescente exploração da força de trabalho pelo capital, bem como pela reprodução de inúmeros mecanismos de sustentação do seu modo de conduzir.

A raiz das atuais expressões do conservadorismo (que se denomina onda conservadora) tem relação o próprio modo de ser da sociabilidade burguesa, não podendo ser apreendida fora dos determinantes da crise do capital e suas expressões contemporâneas. É na relação com a totalidade que as minúcias do processo de dominação da classe dominante se explica. Do nosso ponto de vista, tal fenômeno nos anos recentes se aporta em formas tradicionais da classe dominante operar, embora com novas expressões.

No âmbito da totalidade das relações, corroboramos com a análise de que:

Em nossas sociedades, as determinações estruturalmente estabelecidas e salvaguardadas de desigualdade material são em grande medida reforçadas pela *cultura da desigualdade* dominante, mencionada anteriormente, por meio da qual os indivíduos *internalizam* sua “posição social”, resignando-se mais o menos consensualmente à sua condição de subordinação àqueles que tomam as decisões sobre sua atividade vital (MÉSZÁROS, 2007, p.191, grifos do autor).

Tais valores orientam práticas coletivas e se recrudescem na perspectiva de uma articulação entre si que conforma o conservadorismo, guardando relação direta com as investidas conservadoras mais tradicionais.

Uma análise acerca da relação entre as expressões contemporâneas do conservadorismo e o projeto de classe que o sustenta ao longo dos anos encontra-se em Iasi (2017), na qual ele afirma que:

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo. Ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos de que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa (IASI, 2017, p.280).

O movimento das classes adquire particularidades nos anos 2000, dando margem a processos que se diferem do tom das décadas de 1980 e 1990, nas quais as forças populares coletivas demarcaram posições políticas radicais no processo

de abertura democrática nos anos 80 e a conquista de normativas legais e novos espaços institucionais nos anos 90.

Tratando do embate de projetos hegemônicos na sociedade brasileira nos primeiros anos do Século XXI, Dias (2006) constata que:

Os movimentos sociais foram, na prática, escanteados, e, muitas vezes, atacados mesmo por dirigentes dos partidos de oposição. Jogar todas as cartas na institucionalidade sem mobilização popular é aceitar travar um embate entre David e Golias em que este último tenha, *a priori*, na prática, quase todas as condições de êxito (DIAS, 2006, p.131).

A ascensão do conservadorismo tem, nesse sentido, fundamento histórico e ideológico, culminando na segunda década dos anos 2000 em ataques sistemáticos aos trabalhadores, tanto pela negação da democracia (ainda que na sua dimensão formal) e de direitos sociais que expressam conquistas de lutas, tanto pelas dificuldades postas no campo da práxis política, para a qual a consciência cumpre papel fundamental.

No contexto conservador atual, se reatualiza também o patriarcado, que nós entendemos ser um suporte ideológico do conservadorismo, pelas expressões que marcam uma contraposição a qualquer perspectiva de avanço para a vida das mulheres, a igualdade mesmo formal por elas reivindicada.

Embora difundido por Gilberto Freyre no Brasil, em um sentido personalista e restrito à esfera doméstica, o patriarcado apresenta suas raízes desde o processo de colonização. Conforme afirmação do próprio Freyre:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos, etc); de vida sexual e de família (o patriarcado polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava pés); de política (o compadrismo). (FREYRE, 2003, p.36).

A partir da apropriação pelo feminismo em todo o mundo a partir da década de 1970, o patriarcado vai se apresentar como “o termo que designa o conjunto do sistema a ser combatido” (DELPHY, 2009, p.175) em distinta concepção da freyreana.

No Brasil, a socióloga Heleieth Saffioti caracterizou o patriarcado como um sistema hierárquico que delega poder aos homens para a sustentação da dominação sobre as mulheres. De acordo com ela:

Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores (SAFFIOTI, 2004, p.105).

As particularidades desses elementos para as mulheres se evidenciam sobretudo no fortalecimento do machismo, por meio de um sistema mais amplo, o patriarcado e de sua articulação ao capitalismo, configurando um sistema imbricado de “dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2004), cujas expressões nos marcos dos últimos anos têm sido operadas via desregulamentações ou propostas de deslegitimação de direitos anteriormente conquistados.

Paradoxalmente, entre a criminalização da violência sofrida pelas mulheres tanto pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) e os rebatimentos da desigualdade social para suas vidas, são altos os índices de violência; a massiva inserção feminina nos empregos informais e voltados aos serviços domésticos; os retrocessos políticos e regulamentais do controle dos corpos.

De acordo com relatório do Observatório da Violência contra a Mulher do Senado Federal (2018), a cada 100 mil mulheres, 4,6 foram mortas por homicídios

em 2014 e 4,4 em 2015, sendo que especificamente esses dados para as mulheres pretas e pardas são de 5,4 e 5,2, respectivamente<sup>2</sup>.

Dados dos Atlas da Violência de 2018<sup>3</sup>, no ano de 2006 (em que entrou em vigor a Lei Maria da Penha) foram registrados 4030 homicídios de mulheres no Brasil; em 2015 (ano em que a Lei do Feminicídio passou a vigorar) esse número já era de 4621 homicídios e em 2016 passou para 4645.

Nesse sentido, corroboramos com Fernandes (2016) quanto à afirmação de que:

As imbricadas relações entre conservadorismo, liberalismo econômico, corte de investimentos sociais e machismo são velhas conhecidas das mulheres. As estereotipadas estatísticas ligadas à violência contra a mulher, a proibição do aborto, as desigualdades das possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a tripla jornada diária (nos cuidados da casa, dos filhos e do trabalho) demonstram as dificuldades encontradas na luta pela conquista de direitos (FERNANDES, 2016, p.191).

Dentre as medidas conservadoras que atingem as mulheres, destacamos aqui algumas medidas, tais como<sup>4</sup>: Alteração no Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde (PL 5069/2013 - Câmara); Retirada do texto das políticas públicas do termo "gênero" e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas (MPV 696/2015 - Senado); Instituição do Estatuto do Nascituro - provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Instituição do Estatuto da Família -

---

<sup>2</sup> Considerando que esses dados são extraídos do Sistema de Informações de Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, certamente não contempla o número de casos ocorridos, tendo em vista alguns serem vinculados aos órgãos de segurança.

<sup>3</sup> Utilizamos aqui os dados da tabela 6.1 (p.49) que mostra os dados de homicídios contra as mulheres no Brasil e divisão por Estados de 2006 a 2016.

<sup>4</sup> As medidas destacadas aqui compõem o quadro das 55 ameaças aos direitos em tramitação no Congresso, publicadas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, em 09 de março de 2016.

retrocesso para a população LGTB: não reconhecimento como família - ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 – Câmara);

Na sua generalidade, o conservadorismo estampa as redes sociais, se fortalece pela imediatividade das opiniões embasadas no senso comum, mas também ocupa seu lugar no Estado, nos governos e nas leis, como expressão de um processo social alienador, de modo que:

A ideologia dominante, patriarcal-racista-capitalista, penetra na consciência dos indivíduos devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz. Essa naturalização dificulta a possibilidade de se pensar e agir de forma transformadora. Com isso, muitos indivíduos não percebem essas relações como tais [de dominação e exploração] ou, quando percebem, não acham possível alterá-las (CISNE, 2014, p.95).

Os desafios desse processo de transformação das relações alcança o Serviço Social, que ocupa no Brasil o lugar de profissão marcado pela construção de um projeto profissional com princípios e valores de orientação anticonservadora nas últimas quatro décadas.

Frente às investidas capitalistas, neoliberais, conservadoras e patriarcais dos anos 2000, a profissão de Serviço Social se depara com as implicações postas por esses elementos a uma formação e a um exercício crítico, que, aliadas a elementos sócio-históricos para além da própria profissão, fortaleça a perspectiva contrária a esse contexto.

### **3. O projeto profissional de serviço social: desafios em tempos de ascensão conservadora**

O estatuto do Serviço Social enquanto profissão mantém articulação direta com o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira, mais precisamente com o capitalismo monopolista e as exigências de novas estratégias de respostas às expressões das desigualdades sociais (“questão social”).

Na relação com a totalidade, é primordial concordar com Netto (2011) acerca do “erguimento de uma configuração profissional a partir de demandas histórico-sociais macroscópicas” (p.87) e que é esse o movimento que vai determinar tanto as implicações do contexto do conservadorismo contemporâneo como as possibilidades do seu enfrentamento, para além da profissão em si.

A orientação política da profissão e o esforço coletivo na perspectiva do enfrentamento às expressões conservadoras na atualidade é um elemento central que demarca ações e posicionamentos coletivos articulados às lutas gerais da classe trabalhadora. Nessa relação é que inferimos que os desafios aqui elencados são históricos e mais gerais com rebatimentos ao projeto profissional de Serviço Social.

Desse modo, concordamos que:

Sendo indissociável do processo de desenvolvimento da sociabilidade capitalista, não podemos negligenciar os processos que determinam sua possibilidade histórica: 1) a condição geral do trabalho assalariado subsumido ao capital, que para se valorizar precisa extrair mais-valor, já que este é a base para o processo de acumulação; 2) a pauperização da classe trabalhadora e daqueles que não se inserem no assalariamento e conformam um exército de reserva ou superpopulação relativa; 3) as lutas sociais da classe trabalhadora que colocam na cena pública a questão social em suas mais diversas expressões (BOSCHETTI, 2017, p.55).

No tocante ao aumento da desigualdade, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de abril do corrente ano apontam que houve um aumento de 11,2% da pobreza extrema do ano de 2016 para 2017 (apud SOARES, 2018), com 14,83 milhões de pessoas vivendo com até 136 reais mensais em 2017.

Inseridos/as em diferentes espaços sociocupacionais de atendimento a essa população, o Serviço Social enfrenta tensionamentos cotidianos da perspectiva de viabilizar direitos e as requisições limitadoras que se revelam por meio da seletividade, do adensamento de critérios de inserção, do contingenciamento dos recursos, dentre outros fatores.



Mesmo tendo construído um legado de resistência que vai desde as normativas legais de seu reconhecimento profissional e de seus princípios éticos e políticos, o Serviço Social se depara com um quadro de “pelejas e desafios” que exigem cada vez mais um movimento exógeno no âmbito das lutas de classes (cf. MOTA e AMARAL, 2014).

No âmbito desses desafios e ao movimento teórico de contraposição à perspectiva crítica que norteia o projeto profissional crítico desde a década de 1980 constituem a tônica de tais desafios. Ainda conforme Mota e Amaral,

A magnitude dos desafios postos pela atual conjuntura repõe, no plano político profissional, a relação entre o movimento da sociedade, a dinâmica intelectual da profissão e os requerimentos prático-profissionais, produzindo inflexões significativas na trajetória do Serviço Social, dentre elas, uma nova ofensiva conservadora que, conforme afirmamos anteriormente, através do pensamento pós-moderno, do pragmatismo e do ecletismo, insiste em reduzir o projeto profissional à sua viabilidade prática, tecnicando-o e imprimindo uma racionalidade e instrumentalidade negadora dos seus princípios e propósitos (MOTA e AMARAL, 2014, p.41).

É evidente que há determinações diretas da conjuntura conservadora sobre as práticas políticas de Serviço Social no tocante à repressão das lutas, o acirramento da violência do Estado contra a população e os movimentos sociais, as consequências da privatização do ensino, as condições precárias sob as quais trabalham os/as profissionais.

Nas palavras de Iasi (2017):

Aos 80 anos o Serviço Social não pode se salvar ou salvar nossa classe da derrota e de suas consequências. No entanto, podemos vive-la de forma substancialmente diversa de boa parte de nossa classe, por compreender a natureza da sociedade capitalista, da luta de classes, da necessidade de lutar nos marcos da emancipação política sem perder o horizonte da emancipação humana. Não é muito, mas não é pouca coisa (IASI, 2017, p.83)

No tocante ao enfrentamento ao patriarcado pelo Serviço Social, não se constitui pauta específica. Embora a articulação com as demandas específicas das mulheres por meio da organização feminista seja imprescindível, situamos a relação da defesa dos princípios éticos e políticos com a defesa de uma sociedade sem nenhum tipo de exploração e dominação, em relação com a totalidade.

Necessitando essa realidade ser enfrentada, apresenta-se como pauta importante na agenda de lutas do movimento feminista, sujeito coletivo que dá visibilidade a essa desigualdade entre gênero masculino e feminino.

Além do campo das reivindicações de direitos e lutas antipatriarcais e anticonservadoras, o Serviço Social insere-se enquanto profissional em distintos espaços de atendimento a pessoas que sofrem violência de gênero em decorrência das relações patriarcais que incidem na sociabilidade.

Nesse sentido, corroboramos que:

O entendimento do(a) usuário(a) do Serviço Social como indivíduo social, simultaneamente ser singular e ser genérico e pertencente a uma determinada classe social, e a atenção teórica concedida à vida cotidiana contribuem de forma significativa para a incorporação da profissão, além de outras temáticas, do feminismo da diversidade sexual e da questão ético-racial (CISNE e SANTOS, 2018, p146).

Tais questões têm sido postas na agenda profissional em eventos da categoria, em Grupos de Trabalho e Pesquisa, em apoio às diversas lutas feministas, contra a LGBTfobia e antirracistas, que urgem no contexto contemporâneo. No que pese uma inflexão pós-moderna em tais pautas, reafirmamos a posição de que são, também, advindas de um movimento externo da teoria social, encontrando também resistência e não só absorção automática.

O enfrentamento a violência vivenciada pelas mulheres nesse contexto precisa de profissionais comprometidos com o atendimento das necessidades dos/as usuários/as, que se comprometa como enfrentamento aos desafios postos a isso, por meio da sua vinculação ao projeto coletivo feminista, contrário a qualquer

forma de violência às mulheres e ao projeto profissional crítico que orienta os princípios e os instrumentos legais da profissão. Sem uma estreita relação com os princípios éticos e políticos feministas e do serviço social, a defesa dos direitos das mulheres que enfrentam violência se encontra no mínimo prejudicada.

Cabe considerar para fins de análise as campanhas realizadas pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS, além de uma série das publicações CFESS Manifesta voltados ao enfrentamento ao patriarcado, sobressaindo-se a articulação com a conjuntura brasileira e a dimensão conservadora.

#### **4. Considerações finais**

Os desafios aqui expostos no cenário de ascensão conservadora no Brasil dos anos 2000 se particularizam para a profissão de Serviço Social no âmbito da contradição entre os interesses do capitalismo e do Estado *versus* os interesses da classe trabalhadora.

A história da profissão tem sido direcionada em princípios contrapostos ao conservadorismo como orientadores da práxis política de assistentes sociais, entretanto, reconhecemos a impossibilidade de fugir às implicações do conservadorismo, pela relação de totalidade implicada desde a gênese da profissão no Brasil.

É nessa contradição que emergem lutas e posicionamentos coletivos profissionais de um lado e práticas conservadoras, inflexões ao pensamento crítico no interior da profissão e tendência à tecnificação de outro.

Neste ínterim, destacamos as lutas antipatriarcais como um elemento inerente às lutas no campo da emancipação política em direção à emancipação humana, sem, no entanto, prescindir de adesão às demandas particulares das mulheres, sobretudo pela relação necessária com os movimentos feministas enquanto sujeitos coletivos que têm impulsionados lutas importantes para as

mulheres da classe trabalhadora, bem como aos movimentos antirracistas e em defesa da diversidade sexual.

## REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e os desafios ao Serviço Social**. IN: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 128. São Paulo, Cortez, 2017. [pp.54-71]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101662820170001&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820170001&lng=pt&nrm=is), acesso em agosto de 2018.
- BOULOS, Guilherme. **A onda conservadora**. IN: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2016.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2014.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2018. [Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social].
- DELPHY, Christine. **Patriarcado (teorias do)**. IN: HIRATA, Helena (et all) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- DIAS, Edmund. **Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo, editora Sundermann, 2006.
- FERNANDES, Mariana. Mulheres que furam a onda: vozes dissonantes em um Brasil machista. IN: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). **A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad, 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48.ed. São Paulo, Global, 2003.
- IASI, Mauro. De onde vem o conservadorismo? IN: IASI, M. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo, ICP, 2017.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 128. São Paulo, Cortez, 2017. [pp.72-84].

Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101662820170001&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820170001&lng=pt&nrm=is), acesso em agosto de 2018.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. IN: MOTA, A. E; AMARAL, A (org.). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios**. Recife, Editora UFPE, 2014.

NETTO, **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

SOARES, João. O que explica o aumento da pobreza extrema no Brasil? IN: **Revista Carta Capital**. 16/04/2018. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil>. Acesso em agosto de 2018.

SOUZA, Jamerson M. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo**. Tese de Doutorado, Recife, UFPE, 2016.